

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015		2016	2015
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	401.465	415.510	Circulante	299.884	292.011
Disponibilidades	12	7	Depósitos	55.217	49.305
Aplicações interfinanceiras de liquidez	29.842	40.800	Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	55.217	49.305
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	29.842	40.800	Obrig. por repasses do País - Instituições oficiais	235.323	229.360
Operações de crédito	307.766	315.563	BNDES (Nota 9)	235.323	229.360
Setor privado (Nota 5.a)	339.044	334.623	Outras obrigações	9.344	13.346
Prov. p/ oper. de cré. de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(31.278)	(19.060)	Cobr. e arrecadação de tributos e semelhantes	121	70
Outros créditos	23.070	12.689	Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	3.197	8.844
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	5.484	5.110	Outras obrigações (Nota 11)	6.026	4.432
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	16.285	-	Exigível a longo prazo	413.078	452.710
Outros créditos diversos (Nota 6)	2.288	7.579	Obrig. por repasses do País - Instituições oficiais	413.001	452.450
Provisão p/ outros cré. de liquid. duvid. (N. 5.e)	(987)	-	BNDES (Nota 9)	413.001	452.450
Outros valores e bens (Nota 7)	40.775	46.451	Outras obrigações	77	260
Realizável a longo prazo	498.971	514.947	Outras obrigações (Nota 11)	77	260
Operações de crédito	465.938	495.997	Resultados de exercícios futuros	203	121
Setor privado (Nota 5.a)	496.504	518.185	Receitas de exercícios futuros (Nota 13)	203	121
Prov. p/ oper. de cré. de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(30.566)	(22.188)	Patrimônio líquido (Nota 14)	188.002	186.607
Outros créditos	33.033	18.944	Capital	150.000	150.000
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	32.691	18.944	Reservas de lucros	38.002	36.624
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	34	-	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(17)
Prov. p/ outros cré. de liquid. duvidosa (Nota 5.e)	(2)	-	Total do passivo e patrimônio líquido	901.167	931.449
Permanente	731	998			
Imobilizado de uso	356	526			
Imobilizado de uso	875	1.202			
Depreciações acumuladas	(519)	(676)			
Intangível	375	472			
Intangível	1.181	1.150			
Amortizações acumuladas	(806)	(678)			
Total do ativo	901.167	931.449			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em mil. R\$)

	Reservas de lucros				
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2014	150.000	6.584	27.600	-	184.184
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.440
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(17)	-
Destinações:					
Reserva legal	-	122	-	-	(122)
Reservas de lucros	-	-	2.318	-	(2.318)
Em 30 de junho de 2015	150.000	6.706	29.918	(17)	186.607
Varição do semestre	-	122	2.318	(17)	2.423
Em 31 de dezembro de 2015	150.000	7.005	31.122	(76)	188.051
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(125)	(125)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	76	76
Destinações:					
Reserva legal	-	-	(125)	-	-
Reservas de lucros	-	-	30.997	-	125
Em 30 de junho de 2016	150.000	7.005	30.997	(76)	188.002
Varição do semestre	-	-	(125)	76	(49)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (CO-SIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 08 de agosto de 2016. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **• Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **• Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **• Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de A até H). As operações de crédito prefixadas por níveis contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, cujo valor calculado pelo método exponencial é apropriado ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("acréscimo") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "receitas" e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **f. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. **g. Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos de provisão". A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre

suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **h. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **i. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). **j. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações fi-

Vencimento	Títulos		Compror	Financiamentos
	Empréstimos	descontados		
Vencidos	7.120	82	177	14.349
A vencer				
Até 3 meses	15.554	12.764	421	67.048
De 3 a 12 meses	37.614	-	183.916	7.875
De 1 a 3 anos	44.279	-	309.259	344
Após 3 anos	11.726	-	131.239	-
Total da carteira	116.293	12.846	598	705.811
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	(29.503)	(198)	(126)	(32.017)
Total líquido	86.790	12.648	472	673.794

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

Níveis de risco	Avais		Outros créditos	
	Percen. prov. de crédito	Oper. de fianças (*)	2016	2015
AA	0,0%	66.954	500	67.454
A	0,5%	266.125	11.133	12.774
B	1,0%	199.928	8.776	1.221
C	3,0%	137.393	838	138.231
D	10,0%	84.173	-	84.173
E	30,0%	35.721	297	36.018
F	50,0%	13.458	35	13.493
G	70,0%	10.887	611	11.498
H	100,0%	20.909	353	21.262
Total		835.548	19.909	16.629

(*) Avais e fianças - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R\$ 19.909 (R\$ 19.523 em 30 de junho de 2015) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de *Finame, Finame Leasing* e *Leasing*. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o montante de R\$ 143 (R\$ 417 em 30 de junho de 2015), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R\$ 66 (R\$ 157 em 30 de junho de 2015) e exigível a longo prazo R\$ 77 (260 em 30 de junho de 2015) para atendimento ao disposto no art. 8º da Resolução nº 2.682/99. Durante o semestre, os créditos renegociados totalizaram R\$ 26.628 (R\$ 16.942 em 30 de junho de 2015), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 7.224 (R\$ 6.202 em 30 de junho de 2015) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R\$ 407 (R\$ 535 em 30 de junho de 2015). A carteira de renegociação em 30 de junho de 2016

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em mil. R\$)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	46.706	39.690		
Operações de crédito	45.144	37.916		
Result. de oper. com títulos e valores mobiliários	1.562	1.774		
Despesas da intermediação financeira	(33.459)	(21.532)		
Operações de captação no mercado	(2.992)	(2.464)		
Despesas de empréstimos e repasses	(14.928)	(9.541)		
Prov. para créditos de liquid. duvidosa (Nota 5.f)	(15.539)	(9.527)		
Resultado bruto da intermediação financeira	13.247	18.158		
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.060)	(13.645)		
Rendas de tarifas bancárias	71	603		
Despesas de pessoal	(5.214)	(5.917)		
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(2.879)	(2.052)		
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.398)	(1.545)		
Outras rec. (desp.) operac. líquidas (Nota 19)	(1.287)	(4.734)		
Resultado operacional	3.187	4.513		
Resultado não operacional (Nota 20)	(3.269)	(302)		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(82)	4.211		
Imposto de renda e contribuição social	(43)	(1.771)		
Corrente (Nota 15.a)	(5.372)	(4.634)		
Diferido (Nota 15.a)	5.329	2.863		
(Prejuízo) lucro líquido do semestre	(125)	2.440		
(Prejuízo) lucro líq. do semestre por ação - R\$	(0,001)	0,016		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. nanceiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 30 de junho de 2016 e 2015, as aplicações eram compostas como seguem:

Operações compromissadas / Posição bancada	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Letra do Tesouro Nacional - LTN	29.842	40.800		
Total	29.842	40.800		

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN com resgate no dia subsequente. **5. Operações de crédito:** As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos, comprar e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de *Finame Leasing* e operações de Desconto de Notas Promissórias. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

a. Composição das operações de crédito por modalidade	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos	116.293	114.826		
Títulos descontados	12.846	13.739		
Compror	598	5.077		
Financiamentos	705.811	715.526		
Total	835.548	852.808		
Circulante	339.044	334.623		
Realizável a longo prazo	496.504	518.185		
Total	835.548	852.808		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61.844)	(41.248)		
Total líquido	773.704	811.560		

Outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 5.d) (a) Prov. p/ outros créditos de liquid. duvid. (n. 5.d) (a) Total líquido

Total das operações de crédito e outros créditos	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Total da prov. para cré. de liquidação duvidosa	(62.833)	(41.248)		
Total geral líquido	789.344	811.560		

(a) Reclassificação de operações de aquisição de notas promissórias relacionadas nos contratos particulares de cessão de direitos sem coobrigação dos cedentes, para fins de melhor apresentação conforme orientado pelo Bacem em atendimento ao COSIF. **b. Concentração dos maiores tomadores de crédito**

Concentração das operações de crédito em 30 de junho	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
10 maiores devedores	110.098	12.92	118.113	13,85
50 seguintes maiores devedores	249.823	29,32	253.005	29,67
100 seguintes maiores devedores	291.146	34,16	278.481	32,65
Demais devedores	852.177	100,00	852.808	100,00

c. Composição da carteira por vencimento

Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015</

vel, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$ 1.059 (R\$ 1.413 em 30 de junho de 2015) referente a processos civis relativos a revisões de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 13 ações em 2016 e 22 ações em 2015. • **Processos trabalhistas** - tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. • **Outros processos** - O Banco possui ação de revisão da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, cujos valores estão contabilizados na conta "Outros créditos - diversos" totalizando o montante de R\$ 5.457 na rubrica de Recursos fiscais, o qual está integralmente provisionado e apresentado pelo líquido. Sobre tais valores é constituída provisão mensal conforme atualização monetária. A partir de agosto de 2011, considerando a classificação de perda provável, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **13. Resultados de exercícios futuros:** Constituídos por receitas com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing" em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2016	2015
2015	-	90
2016	125	31
2017	78	-
	203	121

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 150.000. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 30.997 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desempenho das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2016, foram pagos dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2016, relativos à data-base 31 de dezembro de 2015. No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Saldo anterior, em 31 de dezembro	4.472	4.707
Pagamentos realizados no semestre	(4.472)	(4.707)
Saldo atual, em 30 de junho	-	-
Os resultados do exercício 2015 foram destinados à constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. 15. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: Conciliação do resultado de imposto de renda pessoal jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:		
	2016	2015
Lucro antes da tributação sobre o lucro	(82)	4.211
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	37	(1.685)
Adições permanentes no imposto corrente	(422)	(137)
Benefícios fiscais Vale cultura e PAT	39	39
5% sobre Saldo Crédito Tributário 2019 (ref. alíquota CSL de 20% voltar para 15%) (a)	(79)	-
Vir ref. recálculo CSLL cfe. IN 1.591 de 05/11/15	370	-
Outras adições, líquidas	12	12
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(43)	(1.771)
IRPJ corrente	(3.167)	(2.877)
CSLL corrente	(2.205)	(1.757)
IRPJ diferido	2.941	1.739
CSLL diferido	2.388	1.124
	(43)	(1.771)

(a) Foi excluído, no 1º semestre de 2016, o montante de R\$ 79 relativo à desativação de créditos tributários decorrentes da volta da alíquota da CSLL de 20% para 15% referente ao período a partir de 2019 (Lei nº 13.169/2015). **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2016	2015
Diferenças temporárias	62.976	41.665
Provisão para créditos de liquid. duvidosa (nota 5.e)	9.859	9.338
Créditos baixados para prejuízo	740	768
Provisão para PLR, Bônus	7.285	5.675
Provisão para contingências	3.894	993
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	-	1.465
Perdas em bens não de uso baixados para prejuízo	-	29
Provisão Marcoprev	84.754	59.933
Base de cálculo para Imposto de Renda	571	543
Prov. p/ Gratificação Administr. da Contrib. Social	85.325	60.476
Base de cálculo para Contribuição Social	21.189	14.983
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	16.986	9.071
Imp. diferidos - Contrib. social 15% e 20% (nota 3.g)	38.175	24.054
Ativo fiscal diferido	5.484	5.110
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	32.691	18.944
Realiz. a longo prazo (classif. em "Outros créditos")		

c. Movimentação

	2016	2015
Saldo anterior, em 31 de dezembro	32.907	21.179
Créd. trib. líquido constituído/(revertido) no semestre	5.288	2.875
Saldo atual, em 30 de junho	38.175	24.054

d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
2015	-	2.718
2016	2.199	6.603
2017	7.365	2.259
2018	27.974	11.233
2019	637	31
2021	-	562
2022	-	648
	38.175	24.054

O valor presente do crédito tributário, em 30 de junho de 2016, calculado com base na taxa média de captação de 14,15% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 30.453 (R\$ 18.162 em 30 de junho de 2015 à taxa de 13,65% a.a.). **16. Limite operacional (Acordo da Basília):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 30 de junho de 2016, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 19,11%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%.

17. Outras despesas administrativas

	2016	2015
Despesas de processamento de dados	415	384
Despesas com localização e funcionamento	274	364
Despesas de propaganda e publicidade	113	120
Despesas de serviços do sistema financeiro	309	283
Despesas de serviços técnicos especializados	516	331
Despesas de viagem no país	327	216
Depreciações e amortizações	131	150
Ducação judiciais e cartorárias de bens retomadas	682	148
Outras	112	56
Total	2.879	2.052

18. Despesas tributárias

	Alíquota	2016	2015
Programa de integração social (PIS)	0,65%	175	192
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.079	1.182
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	36	30
Outras despesas tributárias		108	141
Total		1.398	1.545

19. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2016	2015
Rendas de garantias prestadas	3	199
Rev. prov. operacional com veículos apreendidos	3.334	1.938
Rev. prov. para contingências fiscais e trabalhistas	20	83
Desp. com veículos apreendidos (bens não de uso)	(429)	(343)
Despesas com perdas ações judiciais	(603)	(58)
Descontos concedidos (a)	-	(3.638)
Provisão atualização ação Pis/Cofins (nota 12 c)	(367)	(1.625)
Provisão de bens apreendidos (bens não de uso)	(2.925)	(970)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	(320)	(320)
Total	(1.287)	(4.734)

(a) Valor relativo a descontos concedidos em negociação de encerramento das operações com o cliente inadimplente.

20. Resultado não operacional

	2016	2015
Despesas não operacionais	(3.276)	(612)
Receitas não operacionais	7	310
	(3.269)	(302)

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação de baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dado de pagamento). **21. Partes relacionadas: a. Transações e saldos:** O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2016 e 2015. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 67 (R\$ 40 em 30 de junho de 2015) no semestre para a Marcopol S.A. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é

fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2016 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R\$ 1.800. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 ocorreram despesas no valor de R\$ 945 (R\$ 928 em 30 de junho de 2015), conforme segue:

	2016	2015
Remuneração - pró-labore	440	380
Encargos sociais	99	85
Benefícios agregados	406	463
	945	928

A reunião do Conselho de Administração de 07 de junho 2016 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do BACEN. **c. Outras informações:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **22. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No primeiro semestre de 2016 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 88 (R\$ 98 em 30 de junho de 2015). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do primeiro semestre, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Foster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo apresentado:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.244)	(2.289)
Valor justo dos ativos do plano	2.511	2.244
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(267)	-
Ativo (Passivo) líquido calculado	-	(45)

a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue

	2016	2015
Passivo líquido no início do exercício	(138)	-
Ganho (perda) reconhecida	(20)	(54)
Despesas no ano	(41)	(63)
Contribuições reais da empresa no ano	61	72
Passivo líquido provisionado revertido no período	138	-
Passivo líquido não provisionado no período	-	16
Passivo líquido no final do semestre	-	(29)
Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:		
Despesas	2016	2015
Custo de serviço corrente	43	72
Juros sobre a obrigação atuarial	130	121
Remuneração dos efeitos reconhecimentos em ORA	(132)	(126)
Contribuições de funcionários	4	(4)
	41	63

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

b. Hipóteses econômicas

	Percentual ao ano	
	2016	2015
Taxa de desconto	12,68	11,75
Taxa de crescimento salarial	7,52	8,36
Inflação	5,00	5,20

c. Hipóteses demográficas

	2016	2015
Tábua de mortalidade	AT 2000	
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial segundo as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards) foi concluída em julho de 2016 e realizada pelos atuários independentes Willis Tower Watson. **23. Estruturas de gerenciamento de risco: a. Risco operacional:** O Banco Moneo atende às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos,

Comitê de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **b. Risco de mercado:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas à sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Crédito e Cobrança. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência Administrativa e Financeira e Auditoria Interna/Externa. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **c. Risco de crédito:** A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito e Cobrança, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria Administrativa e Financeira e Área de Compliance. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **d. Risco de liquidez:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN no 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria de Crédito e Cobrança, Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **e. Gerenciamento de capital:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança, Área de Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Relatório de riscos (Consolidado)** O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, e informações relativas à Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas Circulares 3.678/2013 e 3.748/15 do Banco Central do Brasil. **24. Instrumentos derivativos:** O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. **25. Seguros** O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
Carlos Zignani - Conselheiro

José Antonio Valiati - Conselheiro

Diretoria

José Antonio Valiati - Diretor administrativo e financeiro
José Fernando Bettoni - Diretor de crédito e cobrança

Contador

Cleber Alexandre Bernart
CRC/RS 81.323/O-4

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco Moneo S.A. Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente-

mente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são

apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o semestre findo em 30

de junho de 2016, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 08 de agosto de 2016
Cristiano Jardim Segueiro
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

